

## Requião: Europa quer “exportar desemprego”

Ao mesmo tempo em que fortalece os canais de comunicação com a Europa, o Mercosul deve tornar clara a divergência quanto ao melhor caminho para sair da crise, disse hoje Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O senador participou, em Santiago, no Chile, da abertura da Assembleia Parlamentar Euro-latinoamericana (Eurolat).

Na opinião de Requião, os países europeus erram ao adotar a ortodoxia econômica para superar a recessão.

— O momento é de conversar, mas não aceitar o liberalismo econômico. Este é o momento de mostrar que eles estão errados — disse.

O senador criticou a política de corte de gastos sociais promovida pela União Europeia e defendeu o modelo brasileiro de superação da crise econômica.

### “Desespero”

Para Requião, deve ser vista com cautela a intenção dos europeus de retomar negociações com o Mercosul para um acordo de livre comércio entre os dois blocos, interrompidas desde 2004. Ele atribui a tentativa de reabrir negociações ao “desespero” da Europa.

— Os europeus querem passar seus problemas para cá. Querem exportar mercadorias e desemprego. Temos que resistir a isso. Crise mundial precisa de solução solidária, mas não prejudicando o nosso bloco — afirmou Requião.

A Eurolat ocorre dois dias antes da abertura da 1ª Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac)-União Europeia. A Celac, que busca o diálogo político da área, foi criada em 2010, no México, durante cúpula de chefes de Estado da região.



Requião sugere cautela em negociação sobre livre comércio



Moradores do Paraná beneficiados por ampliação da cobertura de eletricidade: governo reduziu tarifas residenciais

## Governo eleva desconto nas contas de energia elétrica

Segundo norma publicada hoje no *Diário Oficial*, redução da tarifa para consumidor residencial a partir deste mês, que inicialmente seria de 16,2%, será de 18%

O governo publicou no *Diário Oficial* de hoje uma medida provisória e um decreto para garantir a redução da tarifa da conta de energia. A MP 605/13 e o Decreto 7.891/13 estabelecem a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) como a fonte dos recursos para garantir os descontos nas tarifas de energia que serão sentidos no bolso dos brasileiros a partir deste mês.

Segundo o pronunciamento feito ontem em rede nacional pela presidente Dilma Rousseff, a redução da tarifa será de 18% para os consumidores residenciais e de 32% para as indústrias. A previsão inicial era de 16,2% e de 28%, respectivamente.

Para que a conta feche, o governo terá de aportar recursos do Tesouro, já que algumas concessionárias não aderiram à prorrogação antecipada de

contrato proposta em troca da redução tarifária. A Lei do Setor Elétrico (Lei 12.783/13) já autoriza a União a destinar à CDE créditos adquiridos da Eletrobras e outros que possui diretamente na Itaipu Binacional. Além desses aportes, o governo terá de destinar mais dinheiro do Tesouro.

A CDE é um encargo criado para desenvolver a energia dos estados e a competitividade da energia produzida de fontes alternativas, além de universalizar a energia no país.

Os recursos que compõem a CDE vêm dos pagamentos anuais das concessionárias pelo uso de bem público, das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das cotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia com o consumidor final. Ou seja, uma parte da CDE vem do bolso do

consumidor residencial.

A MP 605/13 dá à CDE mais duas destinações: uma é compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica. A outra é compensar a não adesão de concessionárias de geração de energia à prorrogação proposta pelo governo em troca da redução das tarifas.

Pelo Decreto 7.891/13, a CDE custeará diversos descontos nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia para atividades como irrigação, água, esgoto, saneamento e para unidades rurais. Antes, os descontos eram subsidiados de forma cruzada — o consumidor residencial pagava mais como compensação. Agora, tudo vai provir da CDE, garantindo, assim, redução tarifária a todos os consumidores finais.

## Para não perder receita, estado pode subir tributação

Segundo o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto da Cunha Bustamante, os subsídios aos descontos na conta de luz garantidos por recursos do Tesouro tendem a ser reduzidos à medida que forem licitadas as usinas hidrelétricas que não aderiram à prorrogação antecipada proposta pelo governo.

— Há usinas cujos contratos

já venceram. Outras vão vencer entre 2015 e 2017. Então, elas vão ser licitadas, e as tarifas vão ser reduzidas. Isso vai permitir ao governo ir reduzindo a participação do Tesouro — explica.

De acordo com ele, para compensar a redução da tarifa, alguns estados podem aumentar a alíquota do ICMS, já que parte desse imposto estadual é pago pelo consumidor resi-

dencial na conta de luz.

Isso já aconteceu na Paraíba, onde o ICMS da luz representa 10% da arrecadação com o imposto. O estado aumentou a alíquota de 17% para 25% no consumo residencial entre 50 e 100 quilowatts/hora e de 17% para 27% no consumo de 100 a 300 quilowatts/hora. Portanto, a redução anunciada deve ser menor para os paraibanos.

## Ana Amélia: crise prejudica diálogo internacional

A crise econômica mundial estabeleceu um clima “desfavorável” à retomada das negociações para a celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, na opinião de Ana Amélia (PP-RS). Vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), ela acredita que as dificuldades econômicas dos europeus têm alimentado o sentimento protecionista no Velho Continente.

— Crise recrudescerá movimentos protecionistas. Especialmente na área mais sensível para nós, o setor agropecuário, onde nós, do Mercosul, somos altamente competitivos — disse Ana Amélia, que participou hoje da 6ª Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília.

### Enfraquecimento

Na opinião da senadora, todo esforço pela integração é “bem-vindo”, desde que acompanhado de um “senso de realidade”. Ela recordou que o primeiro-ministro britânico, David Cameron, propôs nesta semana um referendo sobre a permanência de seu país na União Europeia, a ser realizado em até quatro anos. Para a senadora, o anúncio de Cameron pode ser interpretado como um sinal de enfraquecimento da União Europeia.

Ela observou que alguns países sul-americanos estão tomando atitudes consideradas hostis aos interesses dos países europeus, por meio da nacionalização de empresas em setores como os do petróleo e da energia elétrica. Entre os casos mais importantes, ela citou a nacionalização dos ativos em território argentino da petrolífera espanhola Repsol.

O momento, na opinião da senadora, é de “tentar aparar arestas” entre os dois blocos.

— Precisamos de boa capacidade negociadora — disse.



Ana Amélia diz que protecionismo de países europeus tem aumentado

**Proposta: parlamentar deve renunciar para virar ministro 2**

# PEC proíbe que parlamentar se licencie para ocupar cargo no Poder Executivo

Pela proposta, o senador ou deputado que aceitar convite para ser ministro do governo terá de renunciar ao mandato no Congresso

UMA PROPOSTA DE emenda à Constituição pode mudar as regras relacionadas à nomeação de integrantes do Poder Legislativo para o Executivo. Apresentada por Pedro Taques (PDT-MT), a PEC 21/11 impede que integrantes do Legislativo ocupem cargos de livre nomeação no Executivo, como os de ministro de Estado e secretário estadual ou municipal.

A proposta aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, deputados federais e senadores nomeados para cargos no Executivo se licenciam do Legislativo, sendo substituídos por suplentes.

Com a mudança, para aceitar a nomeação no Executivo, teriam de renunciar ao mandato. De acordo com as regras atuais, ministros como Garibaldi Alves

Filho (Previdência), Edison Lobão (Minas e Energia), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Marcelo Crivella (Pesca e Aquicultura) e Marta Suplicy (Cultura) podem retornar ao Senado se deixarem os cargos no governo.

A PEC 21/11 altera o artigo 54 da Constituição para incluir entre as vedações impostas a deputados e senadores a proibição de ocupar cargo de ministro, de governador de território, de secretário de estado, do Distrito Federal, de território ou de prefeitura de capital e de chefe de missão diplomática temporária.

Ao defender a proposta, Taques reconhece que a possibilidade de licença para assumir cargo no Executivo é constitucionalmente assegurada, mas argumenta que isso vem ocasionando “abusos e



Pedro Taques, autor da PEC, cita a necessidade de separação dos Poderes

práticas não condizentes com a moralidade que deve reger a edificação das instituições públicas”.

O senador lembra que a

Constituição adota a teoria da separação dos Poderes, com a fiscalização dos atos do Executivo pelo Legislativo.

“De forma indireta, esse dispositivo acaba por agravar a falta de ética já tão manifesta em nossos dias e tão repudiada pela coletividade, que clama por maior lisura por parte dos nossos mandatários e representantes”, opina o parlamentar.

Outro alvo da crítica do senador é o fato de as vagas acabarem sendo ocupadas por suplentes.

“Muitos desses substitutos, desconhecidos do eleitorado, acabam assumindo o mandato por toda a legislatura, enquanto os titulares assumem os cargos executivos, nem sempre bem intencionados ou vocacionados para a missão”.

## Material escolar deve ganhar dedução no IR

Os gastos com material escolar, que preocupam as famílias antes do início do ano letivo, poderão vir a ser deduzidos do Imposto de Renda. A possibilidade está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 337/07, do ex-senador Papaléo Paes, que está pronto para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos.

O texto inclui uma subemenda do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), à emenda aprovada pela Comissão de

Educação, Esporte e Cultura. A subemenda limita a cinco anos o período de vigência do benefício fiscal e exige que o material escolar dedutível seja utilizado para “adquirir instrução” também dedutível, ou seja, para acompanhar cursos cujo pagamento é considerado dedutível.

Pelo texto, a dedução não poderá ultrapassar, a cada ano, um terço das despesas escolares dedutíveis. No caso do ano-calendário de 2013, o total de despesas dedutíveis seria de R\$ 1.076,82.

— O projeto prestigia o bem mais importante de uma sociedade, que é a educação — disse Randolfe.

Na justificativa do projeto, Papaléo cita estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, segundo o qual o material escolar sofre 39,6% de carga fiscal no Brasil. Segundo Randolfe, a dedução seria uma compensação aos pais de estudantes, “contribuintes de fato” dos impostos embutidos no material escolar.

## Merenda pode passar a ser oferecida também nas férias

Outro projeto sobre educação, este pronto para votação final na Comissão de Educação, Esporte e Cultura, propõe que alunos da educação básica da rede pública recebam merenda escolar fora do período letivo. O PLS 569/09, de Cícero Lucena (PSDB-PB), já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Relator da proposta, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), regido pela Lei 11.947/09, teve origem em iniciativas federais há mais de 60 anos e atualmente atende quase 50 milhões de crianças, da creche ao ensino médio, em todas as modalidades de ensino público.

Valadares observou que a maioria desses estudantes

pertence a famílias com dificuldades para prover a alimentação diária. A merenda escolar durante o ano letivo, salientou o parlamentar, representa um reforço significativo na alimentação dos alunos. Ao estender o oferecimento de merenda escolar para todos os dias, com exceção de sábados, domingos e feriados, avaliou o relator, a proposta de Cícero vai aprimorar o programa federal.

Ao justificar a proposta, o autor enfatizou que a iniciativa visa evitar a descontinuidade na dieta dos estudantes que dependem da alimentação oferecida pela escola. Em sua avaliação, a medida contribuirá para garantir a permanência dos estudantes na escola, bem como para o sucesso nos estudos.



Relator do projeto, Randolfe diz que educação é o bem mais importante

## Jucá propõe mudar a natureza do serviço de táxis e vans

O serviço de transporte alternativo de passageiros — prestado por táxis e vans, por exemplo — poderá passar a ser feito por meio de autorização do poder público e não mais por concessão ou permissão. Esse é o objetivo de um projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) que aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 388/12 modifica a Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei 12.587/12) para caracterizar como “transporte alternativo privado de passageiros” o serviço que atualmente é definido como “transporte público individual”.

De acordo com a proposta, o autorizado deverá atender às exigências da lei municipal sobre habilitação, segurança, higiene e conforto. Já os serviços de transporte público coletivo serão prestados diretamente pelo poder público ou por meio de concessão ou permissão.

Na avaliação de Jucá, há um equívoco na lei em vigor quando trata como transporte público um serviço privado aberto ao público. Segundo ele, apesar de serem “abertos ao público” — como bancos, escolas ou hospitais particulares —, táxis e vans não são serviços de transporte coletivo.

Se aprovado na CCJ, o projeto de Jucá vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para votação final, caso não haja recurso para votação no Plenário.



Jucá afirma que táxis e vans não são serviços de transporte coletivo

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333